

ANEXO XI

MINUTA TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE
USO NÃO ONEROSO Nº. , QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO INSTITUTO
FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS
LONDRINA E A EMPRESA**
.....

O Instituto Federal de Educação do Paraná – Campus Londrina, com sede na Avenida da Liberdade, Nº 855 conjunto Ruy Virmond Carnascialli, zona norte da cidade – Londrina/PR - CEP: 86077-080, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado pelo Diretor XXXXXXXX, nomeado pela Portaria XXXXXXXXXXXX, portadora da matrícula funcional Siape nº XXXXXXXX doravante denominada CONTRATANTE e o(a)inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a)....., tendo em vista o que consta no Processo nº **23411.011964/2022-61** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/ MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 56/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a Concessão administrativa não onerosa de uso do espaço físico destinado a implantação e exploração da cantina do Instituto Federal do Paraná Campus Londrina com área total de xxx, situado à xxxxx, visando o atendimento aos estudantes e servidores da Unidade Federal de Educação e o público em geral, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I, parte integrante do Edital.

1.2 O espaço objeto da presente concessão não onerosa de uso destina-se exclusivamente a implantação e exploração comercial da cantina do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Campus Londrina.

1.3 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.4 A Concessionária deverá manter um cardápio mínimo obrigatório, composto de:

Bebida alcoólica)	(não	Sucos de frutas Água Mineral Achocolatado Café Leite Vitaminas de fruta Chás
Comida		Tortas salgadas e doces Salada de frutas Bolo Pão de Queijo Pizza Salgados assados Sanduíches (frios ou quentes)

1.5 Os produtos que compõe o cardápio mínimo deverão estar disponíveis diariamente durante todo o período de funcionamento do estabelecimento, sem prejuízo das variedades e da qualidade.

1.6 Os alimentos devem ser servidos em condições sadias, preparadas com gêneros de primeira qualidade, com ótima apresentação e sabor agradável, dentro das exigências de higiene e técnicas culinárias. Todos os produtos comercializados devem estar dentro do

prazo de validade indicado no rótulo do produto.

- 1.7 A Concessionária poderá oferecer outros serviços, relacionados com a atividade fim, desde que seja comunicado previamente ao Instituto Federal do Paraná – Campus Londrina.
- 1.8 O Instituto Federal do Paraná – Campus Londrina poderá cancelar a venda de toda e qualquer mercadoria ou produto, quando julgar inconveniente ao interesse público e a sua imagem.
- 1.9 Na cantina é expressamente vedado:
 - a) Utilização de alto falante e/ou congêneres que produzam som ou ruídos, prejudicial ao andamento das aulas;
 - b) A guarda ou depósito de produtos inflamáveis, explosivos, corrosivos, tóxicos ou de forte odor;
 - c) Comercialização de bebidas alcoólicas;
 - d) Comercialização de cigarros, medicamentos e quaisquer produtos tóxicos;
 - e) Comercialização de produtos relacionados a quaisquer tipos de jogos de azar.
- 1.10 A Concessionária deve utilizar as instalações cedidas pelo Instituto Federal do Paraná – Campus Londrina exclusivamente no cumprimento do objeto pactuado, correndo às suas expensas a conservação, guarda e manutenção.
- 1.11 Os preços dos alimentos e bebidas deverão estar devidamente afixados em quadro em local visível.
- 1.12 Não será permitida a inclusão de taxas, tais como comissões e gorjetas, nos preços da tabela, nem a sua cobrança à parte.
- 1.13 Os empregados que manipularem alimentos deverão usar uniformes apropriados, em perfeitas condições de higiene, predominantemente na cor branca, gorros, sapatos/tênis e outros que se fizerem necessários.
- 1.14 Deverão ser mantidos nos locais de trabalho somente empregados que tenham a idade permitida por lei para o exercício da atividade.
- 1.15 O pessoal necessário à execução dos serviços, objeto da presente concessão, será de exclusiva responsabilidade da Concessionária, observando-se a legislação trabalhista e as normas de Segurança e Higiene do Trabalho.
- 1.16 Não empregar, sob qualquer regime ou alegação, pessoas que mantenham vínculo empregatício com o Instituto Federal do Paraná Campus Londrina.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 O prazo para início das atividades é de até 30 (trinta) dias, contados da data estabelecida no item acima.

2.3 O prazo estabelecido no item acima, somente será prorrogado mediante justificativa devidamente fundamentada apresentada pela Concessionária e aprovada pela Direção do IFPR – Campus Londrina.

2.4 A CESSIONÁRIA deverá providenciar e apresentar, à fiscalização do contrato, o Alvará Sanitário, de acordo com a lei municipal, até 05 (cinco) dias úteis antes do início da execução do contrato, sendo esta regularização condição indispensável para o início do funcionamento do estabelecimento.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor mensal a ser pago pela Concessionária, objeto da Concessão Não Onerosa de Uso de parte do imóvel destinado à instalação da Cantina será de R\$..... ()

3.2 O valor mensal a ser pago corresponde ao consumo de energia elétrica e água.

3.3 Mensalmente a empresa deverá comprovar o pagamento efetuado.

4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Tratando-se de concessão não onerosa em que não haverá despesas pecuniárias para administração a dotação orçamentária não se aplica a este contrato

5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 Pela concessão estabelecida, a concessionária pagará mensalmente, em moeda corrente nacional, por meio de emissão da Guia de Recolhimento da União – GRU, até o 10º dia do mês subsequente ao uso, a qual será fornecida pela fiscalização de contrato do IFPR ou junto à Direção de Planejamento e Administração do Campus.

5.2 Se o pagamento não for recolhido no seu vencimento, será cobrada multa de 2% (dois por cento) do valor pago mensalmente e juros de 1% (um por cento) ao mês, podendo se for o caso ser aplicada penalidade.

5.3 A cessionária contratada deverá apresentar em até o 5 (cinco) dias úteis, após o pagamento, para o fiscal do contrato, os comprovantes de pagamento da contraprestação

6 CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 Ao término da vigência contratual de 12 (doze) meses e havendo prorrogação do Contrato, o valor mensal contratado poderá ser reajustado anualmente, a critério da Administração, conforme os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência (Item 21) para a fixação do valor constante na cláusula 3ª.

6.2 O preço específico mensal poderá ser revisto a cada 12 meses.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8 CLÁUSULA OITAVA – DAS INSTALAÇÕES E BENFEITORIAS

8.1 Os aparelhos, equipamentos e materiais móveis não imobilizados, instalados ou fixados e destinados ao uso da Cantina permanecerão de propriedade da Concessionária, que indicará, precisamente, todos os bens móveis, de seu uso, em relação a ser apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Campus Londrina.

8.2 Somente os bens relacionados no relatório, poderão ser removidos pela Concessionária, do espaço objeto dessa Concessão Não Onerosa de Uso, mediante prévia e expressa autorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná Campus Londrina.

8.3 Os bens móveis imobilizados e as benfeitorias assim constituídas pelo resultado de possíveis trabalhos de adaptação do espaço reverterão automaticamente ao patrimônio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná Campus Londrina, sem que caiba à concessionária qualquer indenização ou direito da retenção, podendo a concedente exigir da concessionária a reposição do espaço objeto dessa concessão.

8.4 A realização de adaptação da área não poderá interferir nas atividades das demais dependências da Unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Campus Londrina.

9 CLÁUSULA NONA – DA REVERSÃO/DEVOLUÇÃO DO IMÓVEL

9.1 Finda ou revogada a qualquer título ou tempo, a concessão não onerosa de uso, deverá a concessionária restituir o espaço em perfeitas condições de uso, conservação e higiene, reparando, às suas custas, qualquer dano ou defeito ocorrido, ou indenizar a concedente, o valor correspondente em dinheiro, a ser recolhido através da Guia de Recolhimento da União, ressalvado o desgaste decorrente do uso normal e em razão do decurso do tempo.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – DA REMOÇÃO DOS BENS

10.1 Terminada a concessão não onerosa de uso, ou verificado o abandono do seu objeto, por prazo superior a 15 (quinze) dias, poderá o concedente promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens que não tenham sido espontaneamente retirados do local, quer pela concessionária, quer por seus empregados, subordinados, prepostos, contratantes ou terceiros.

10.1.1 Os bens poderão ser removidos pela concedente para qualquer local, não ficando responsável, em qualquer hipótese, por quaisquer danos que a eles sejam causados antes, durante ou depois da remoção, nem pela sua guarda e conservação.

10.2 Se os bens removidos não forem retirados do local para onde venham a ser transferidos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, poderá o concedente, a seu exclusivo critério:

- a) Doá-los a qualquer instituição beneficente, ou, quando de valor expressivo, deles dispor livremente;
- b) Aliená-los, devendo, nesta hipótese, dar ingresso da quantia apurada na receita própria da concedente.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

11.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

12.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

14.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

14.1.1 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3 Indenizações e multas.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

15.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

19.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Justiça Federal - Subseção Judiciária de Londrina.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato vai eletronicamente pelos contraentes, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

PELA CONTRATANTE	PELA CONTRATADA
<p>-----</p> <p>Representante Legal</p> <p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR</p>	<p>-----</p> <p>Representante Legal</p>